

Comércio popular é fundamental para sustentação da indústria e de setores produtivos

Recuo do PIB pelo sexto semestre seguido, acompanhado de queda no consumo, pressiona por solução urgente, que passa pelo fortalecimento da atividade dos empreendedores de rua e da distribuição da produção industrial

19/10/2016 13:41:14

Frente ao cenário de retração que afeta empresas de todo o país, uma iniciativa inédita pode injetar um estímulo necessário. A Confederação Nacional do Empreendedorismo Social Popular (Conesp), organização sem fins lucrativos que trabalha pelo crescimento de microempreendedores populares, está mobilizando importantes instituições do Estado de São Paulo, incluindo Fiesp, Ciesp, Senai, Sebrae-SP e Associação Comercial de São Paulo (ACSP), além de algumas empresas de grande porte.

As articulações estão sendo feitas para estabelecer uma pauta conjunta de crescimento que fortaleça o comércio popular, gerando impacto positivo para a indústria de bens de consumo, para os empreendedores que atuam no varejo e para o consumidor. O plano vem como uma medida de enfrentamento da crise econômica por que passa o Brasil, cujo PIB recuou 0,6% pelo sexto trimestre seguido, de acordo pesquisa divulgada pelo IBGE, somando-se a esse cenário a queda do consumo das famílias, que, de abril a junho deste ano, teve baixa de 0,7%.

O presidente da Conesp, Elias Tergilene, explica que é preciso fortalecer os atores de toda a cadeia de produção e consumo para impulsionar a economia de volta ao crescimento. “Um elo importantíssimo nessa cadeia é o comerciante popular, que está na ponta, lidando com o consumidor. Esse empreendedor tem capacidade de dar sustentação à indústria, distribuindo a produção pelo país e fazendo chegar até o cliente final. As entidades da indústria estão, enfim, compreendendo que esse microempreendedor é crucial para os negócios e dá sustentação aos setores produtivos”, afirma.

Apenas na região do Brás, em São Paulo, estima-se que haja cerca de 60 mil varejistas, entre camelôs e feirantes, segundo o presidente da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Comércio Solidário do Brás (Coopsbras), Rogério Valdeci Lima: “De forma geral, nosso setor é menos afetado pela crise, porque vendemos para o povo, a preços baixos. Hoje a indústria nacional não consegue suprir nossa demanda, forçando a busca de outros fornecedores; então, esse acordo

é bom para as duas partes”.

Para o vice-presidente da Ciesp, Rafael Cevone Netto, é urgente voltar o olhar para esse setor. Segundo ele, “existe uma extensão e uma potencialidade enormes no empreendedorismo social que precisam ser exploradas a partir de um trabalho em conjunto entre o varejo e a indústria”.

Incentivo à formalização - Na esteira da conjuntura econômica instável está a tendência de queda contínua do rendimento médio do trabalho assalariado – índice que, segundo a FGV, em parceria com o The Conference Board, reduziu 8,9% em julho na comparação com 2015 – e o crescimento do desemprego: o Brasil fechou 1,8 milhão de empregos formais entre abril do ano passado e o mesmo período de 2016. De mãos dadas com esse cenário, espera-se o aumento da informalidade. Só no ano passado, o mercado informal nacional movimentou R\$ 932 bilhões, de acordo com o Índice de Economia Subterrânea, da ETCO/FGV.

Para Elias Tergilene, o momento, portanto, é de redobrar o incentivo à formalização. “A maioria dos negócios que hoje geram riqueza para o país começou na informalidade. É normal que o trabalhador desempregado inicie um negócio próprio no varejo em busca de renda para garantir o sustento. O desafio do país é, em vez de punir o informal, dar apoio a esse empreendedor para que ele cresça e entenda as vantagens de se regularizar, completando um ciclo positivo para a economia”.

Esse é o mote que também está presente em outra iniciativa da Conesp, que já está gerando frutos: microempreendedores de São Paulo e do agreste pernambucano vêm fazendo negócios diretamente, sem atravessadores, e crescendo com a integração entre os principais polos de produção e de comércio nacionais. Varejistas da região do Brás e da Feira da Madrugada financiam, por meio da Coopsbras, a compra de máquinas e matéria-prima para os pequenos produtores têxteis pernambucanos, organizados na Cooperativa dos Fabricantes do Agreste Pernambucano (Coofap), que enviam a produção para ser vendida em São Paulo.

O governo de Pernambuco já aportou R\$ 2 milhões no projeto, que prevê a capacitação dos produtores têxteis locais em parceria com o UAI Shopping Toritama – primeiro shopping escola do país, onde foi instalado o maquinário que dá suporte aos menores produtores. Além de estrutura para a produção, os empreendedores que participam do projeto têm acesso a capacitação empresarial e sensibilização sobre como e por que se formalizar. Segundo informações do Núcleo Gestor da Moda de Pernambuco, esse acordo vem beneficiando cerca de 6,5 mil empregados diretos e indiretos na região, considerando as atividades têxtil, de aviamentos, lavanderia e transporte.

“Com o arranjo produtivo estruturado, criamos um novo modelo de cadeia sustentável, em que pequenos empresários geram renda para outros pequenos empresários em partes diferentes do país, reduzindo custos, oferecendo um produto de qualidade e preço baixo para o consumidor, e

capacitando o empresário para o crescimento”, explica Tergilene.

A Confederação Nacional do Empreendedorismo Social Popular (Conesp) é uma organização sem fins lucrativos que defende os interesses de microempreendedores de todo o país, incluindo comerciantes populares e ambulantes. O trabalho da entidade é pautado pelo diálogo com as autoridades constituídas, o incentivo à profissionalização de empreendedores populares e a promoção da integração entre negócios de diferentes áreas do país. À frente da Conesp está seu primeiro presidente, o empresário mineiro Elias Tergilene, também presidente do Grupo UAI – rede pioneira e líder no segmento de shopping centers populares – e acionista do consórcio que retomou a Feira da Madrugada, em São Paulo.